Demonstrações Financeiras

Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.** Cruzeiro - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia tem recebido suporte financeiro de partes relacionadas nos últimos anos e mantém saldos e transações de compra e venda com partes relacionadas com base em termos e condições negociados entre elas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 23 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luciano Ferreira da Cunha Contador CRC-1SP210861/O-2

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota		
	explicativa	2021	2020
Ativo	•		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.415	8.690
Contas a receber de clientes	5	42.411	31.571
Estoques	6	62.628	40.993
Impostos a recuperar	7	42.744	17.974
Despesas antecipadas		730	918
Outros créditos		1.040	3.002
	_	176.968	103.148
Não circulante			
Contas a receber de clientes	5	6.441	8.400
Impostos a recuperar	7	65.726	18.295
Depósitos judiciais	15	57.252	56.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	41.261	37.632
Investimentos em coligadas	10	105.143	97.344
Direito de uso	23	339	348
Imobilizado	11	78.078	83.575
		354.240	302.499

Total do ativo 531.208 405.647

Nota		
explicativa	2021	2020
40	04.240	00.000
· -		88.898 33.387
13		33.367 926
1.1		14.043
		14.043
23		133 54
16.0		119
		443
9		6.359
_		144.362
_	200.090	144.302
12	29.430	23.285
	5.734	20.414
-	108	41
15	60.193	55.511
	3.179	350
	98.644	99.601
16 a	153 683	153.683
10.α		24
16 h		7.644
10.5		7.044
	-	333
_	225.674	161.684
_		
_	531.208	405.647
	12 13 14 23 16.c 9	explicativa 2021 12 84.340 13 62.550 4.167 14 17.034 23 185 2.498 16.c 15.026 9 969 20.121 206.890 12 29.430 13 5.734 23 108 15 60.193 3.179 98.644 16.a 153.683 4.422 16.b 6.769 60.800 - 225.674

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida	17	486.010	362.798
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(410.275)	(302.320)
Lucro bruto	-	75.735	60.478
Receitas (despesas) operacionais Com vendas Gerais e administrativas Honorários da administração Resultado de equivalência patrimonial Outras despesas operacionais, líquidas	20 20 20 10 21	(17.446) (14.542) (3.881) 7.799 11.778	(30.761) (12.298) (2.204) (2.987) (3.150)
Lucro operacional antes das Receitas e despesas financeiras	_	59.443	9.078
Receitas financeiras Despesas financeiras Variação cambial, líquida	18 18 19	45.317 (9.987) 2.331	730 (7.379) (4.477)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	_	97.104	(2.048)
Imposto de renda e contribuição social Corrente Diferidos	8.b 8.b	(13.641) 3.629	(3.363) 4.742
Lucro (prejuízo) do exercício	_ =	87.092	(669)
Lucro (prejuízo) do exercício por ação - básico e diluído - R\$	16.d	0,00524	(0,00004)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	87.092	(669)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	87.092	(669)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de Iucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		261.201	3.564	-	8.789	(111.082)	162.472
Redução de capital Absorção de reserva de lucros Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários Constituição de reserva legal Dividendos Prejuízo do exercício	16.a 16.a	(107.518) - - - - -	(3.564) - 24 -	- - - - -	- (1.145) - - -	107.518 3.564 1.145 (24) (119) (669)	- - - (119) (669)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	153.683	24	-	7.644	333	161.684
Lucros acumulados Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários Dividendos alocados para reserva Lucro do exercício		- - - -	- - - -	333 - - 119 -	- (988) 113 - -	(333) 988 (113) - 87.092	- - - 119 87.092
Destinação do lucro Constituição de reserva legal Reserva de lucros Juros sobre capital próprio (impostos retidos na fonte) Juros sobre capital próprio (imputados como dividendos) Dividendos mínimos obrigatórios Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.c	- - - - 153.683	4.398 - - - - - 4.422	61.577 (1.229) - - 60.800	- - - - - 6.769	(4.398) (61.577) - (6.966) (15.026)	(1.229) (6.966) (15.026) 225.674

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota		
	explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro (prejuízo) líquido do exercício		87.092	(669)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas		07.032	(009)
(aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação	20	10.274	10.157
Depreciação de direito de uso	23	186	155
Imposto de renda e contribuição social diferidos Imposto de renda e contribuição social	8	(3.629) 13.641	(4.742)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	7.834	4.433
Juros sobre empréstimos e financiamentos partes relacionadas	12	•	1.762
Juros sobre passivo de arrendamento	23	41	32
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	11	(1.631)	(87)
Custo residual de direito de uso baixado	23 10	(173)	(1 669)
Resultado de equivalência patrimonial Equivalência patrimonial - Amortização	10, 21	(12.453) 4.654	(1.668) 4.655
Provisão para perdas nos estoques	6	(1.472)	(21)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	` -	(148)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	12	41	3.451
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos partes relacionadas	12	4 504	6.361
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões Receita de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins	15 7	4.584 (79.865)	446
Outros impactos	,	701	94
			· · ·
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(8.881)	(10.867)
Estoques Impostos a recuperar		(20.163) 7.644	(1.061) 5.686
Depósitos judiciais recursais		1.405	2.427
Outros créditos e demais contas		2.159	(1.431)
(Redução) aumento nos passivos:			
Fornecedores		14.483	32.503
Adiantamentos de clientes		2.444	(3.127)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.991	3.482
Outras obrigações e demais contas	_	9.634	1.931
Caixa gerado pelas operações Pagamentos de imposto de renda	8	41.541	53.754 (3.363)
Pagamentos de imposto de renda Pagamentos de processos trabalhistas e tributários	15	(1.653)	(470)
Pagamento de juros sobre arrendamento	23	(40)	(34)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	(6.668)	(4.771)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos partes relacionadas	12		(2.278)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		33.180	42.838
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(0. (55)	(40.000)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	_	(6.408)	(10.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.408)	(10.800)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros sobre o capital próprio	16	(8.195)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	12	34.284	48.289
Amortizações de passivos de arrendamento	23	(232)	(183)
Amortizações de empréstimos e financiamentos Amortizações de empréstimos e financiamentos partes relacionadas	12 12	(33.904)	(43.037) (29.234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(8.047)	(29.234)
Caixa inquiae apricado não anvicados do infantición for		<u> </u>	
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	_	18.725	7.873
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		8.690	817
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		27.415	8.690
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		18.725	7.873
Administration of a data of order and the order		10.723	1.010

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Disposições gerais

A Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 77, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

As atividades da Companhia consistem na fabricação e comercialização de rodas ferroviárias, componentes fundidos de aço para vagões e para o mercado de reposição, remanufatura, reparo e reforma de componentes ferroviários e componentes fundidos de aço para o mercado industrial por meio sua unidade fabril localizada na cidade de Cruzeiro, no Estado de São Paulo.

A gestão da Companhia é feita de modo compartilhada composta por três sócios, sendo eles; Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda (Controladora). com 51,00% de participação, Greenbrier do Brasil Participações Ltda (Acionista). com 29,50% de participação e lochpe Maxion S.A. com 19,50% (Acionista).

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia

No ano de 2021 a companhia obteve um resultado acima do esperado no plano operacional, mesmo com todos os desafios relacionados ao Covid-19, o volume de vendas para os itens ferroviários e industrial, com um volume robusto nas exportações, que são favoravelmente afetadas pelo câmbio. O volume de itens Industriais ficou acima do plano operacional em aproximadamente 20%, impactados pelo aumento da demanda no mercado de construção e retomada da produção com a redução dos impactos da Covid-19. Os itens ferroviários tiveram volume conforme esperado no plano operacional, com volumes acima do plano de itens fundidos e rodas para novos vagões, mitigando a queda de volumes no mercado de reposição durante o ano. Em 2021 a companhia registrou crédito dos impostos referentes a PIS e COFINS na base do ICMS após parecer favorável do STF.

A companhia obteve performance de produção positiva, finalizando o ano com uma tonelada produzida 13% acima do esperado no plano operacional na linha de fundidos ferroviários e industrial e no mesmo nível do plano operacional em número de rodas. Devido ao maior volume esperado, principalmente de itens industriais onde a hora homem por tonelada é maior que no ferroviário, a companhia realizou a contratação de funcionários em regime temporário para atender a esta demanda. Os investimentos foram concentrados no aumento de capacidade de usinagem em ambas as linhas e tiveram o retorno esperado, aumentando a produtividade e consequentemente melhorando a absorção de custos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia-Continuação

Em 2021 a companhia enfrentou um grande desafio relacionado ao aumento de custo de matéria prima, com concentração na sucata de aço, que é o principal insumo na produção de peças fundidas. O aumento em relação ao ano de 2020 atingiu cerca de 130% e afetou o custo de produção, consequentemente as margens no primeiro trimestre. Porém, o time comercial foi bem sucedido nas negociações e os aumentos de custos foram parcialmente repassados, e o início do segundo semestre a companhia recuperou margem e superou o resultado esperado no plano operacional. Em complemento ao sucesso nas negociações comerciais, o time de operação teve um ano consistente, atingindo uma produtividade acima do planejado e com um índice de sucateamento no menor nível histórico em alguns meses do ano, mitigando também os aumentos de custos e melhorando a absorção dos custos fixos. A companhia enfrentou um forte aumento de custos e de falta de disponibilidade de containers no último semestre, com impactos no estoque e também nas entregas aos clientes de exportação. O time de logística buscou diversas alternativas para mitigar este impacto, porém a disponibilidade começou melhorar somente nos últimos dois meses do ano.

A performance financeira da Companhia foi superior ao plano operacional, com uma redução da dívida líquida em 33%, além de melhora na geração líquida de caixa e capital de giro. O foco na recuperação de impostos foi outro fator favorável para a performance de 2021, com impostos estaduais e federais sendo utilizados para redução da saída de caixa durante o ano.

Dentre as ações realizadas pela Administração para melhorar os resultados e o nível de liquidez, destacam-se as seguintes:

- (a) Foco nos principais objetivos da companhia através da metodologia 4DX com todos os níveis hierárquicos, criando um envolvimento e sinergia nas ações de todas as áreas da empresa visando redução de custos, melhoria de produtividade, geração de caixa e aumento de volume de venda.
- (b) Implementação do MES (*Manufacturing Execution System*) em diversos equipamentos da operação, permitindo o monitoramento e coleta de dados para que ações preventivas ou melhorias nos processos fossem feitas com maior acuracidade.
- (c) Utilização do sistema Tableau para compilação dos dados coletados nos sensores instalados nos equipamentos e também na área administrativa com a criação com a criação de diversos dashboards e informações suporte para a tomada de decisões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia-Continuação

- (d) Implementação de fórmula paramétrica de repasse de aumentos de custos junto aos clientes, reduzindo o impacto dos aumentos de matéria prima e demais custos fixos e acelerando o processo de repasse de custos sem afetar a margem.
- (e) Readequação do mix de produto, com ampliação de volume de itens de médio porte ferroviário, rodas locomotivas e maior número de peças para diferentes máquinas do mercado industrial.
- (f) Foco em treinamento e conscientização de todos os colaboradores em relação à cultura de segurança, através de uma consultoria foi identificada maturidade no quesito segurança no ambiente de trabalho e definidas as ações que ocorreram durante o ano, reduzindo significativamente os indicadores de incidentes no último semestre de 2021.
- (g) Ampliação de limite e de utilização de financiamentos a fornecedores com extensão dos prazos de pagamento, na conquista do menor indicador de dias de capital de giro da história da companhia.
- (h) Ampliação dos pedidos firmes, criando consistência e previsibilidade no processo de produção e compras, permitindo redução de estoque e custos.

O transporte ferroviário representou, desde o seu surgimento, um importante elemento estratégico para a economia. É a melhor alternativa para o transporte de grãos e de cargas em containers, com o custo mais baixo e menor impacto ambiental, alta capacidade de carga, mais segurança no transporte de mercadorias e menor risco de acidentes. De janeiro a novembro de 2021, a produção ferroviária registrou aumento de 2,1% em relação ao mesmo período de 2020. A evolução foi de 3,33%, se comparada aos números do mês de outubro — e houve expansão de 15,4%, em relação a janeiro de 2021, com destaque para o minério de ferro e carga geral, demonstrando que o modal é adequado ao transporte de cargas de grande volume e sendo extremamente competitivo e adaptável a todas as regiões do Brasil.

O Governo Federal, através do Ministério da Infraestrutura, iniciou uma transformação radical no transporte ferroviário no país. Previsto na Medida Provisória 1.065/2021, o programa Pro Trilhos permite que novas ferrovias sejam construídas pelo regime de autorização, por livre iniciativa do setor privado, que hoje só investe em projetos de concessão leiloados pelo governo. Até 31 de dezembro de 2021 o MInfra recebeu 64 requerimentos. Juntos, eles representam R\$ 180 bilhões em investimentos e 15 mil quilômetros de novos trilhos cruzando 16 estados. 9 ferrovias passaram por todas as etapas e foram autorizadas pelo governo federal. Com as autorizações ferroviárias, o MInfra espera elevar dos atuais 20% para 40% a participação do modal na matriz de transportes até 2035, com a expansão das ferrovias de 30.000 km para 35.000 km. Os investimentos nas concessões dos portos também otimizarão a conexão entre ferrovias e terminais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia-Continuação

Em 2021, o ano se encerrou com a operação total da Ferrovia Norte-Sul (FNS), sendo a Rumo a vencedora do leilão, além do leilão do 1º trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol I), entre Ilhéus e Caetité, na Bahia, com investimento de mais de R\$ 3 bilhões, ganho pela Bahia Mineração (BAMIN).

No planejamento do Ministério da Infraestrutura, através do PPI (Programa de Parceria de Investimentos), prevê-se para o 1º semestre de 2022 a renovação antecipada da MRS e VLI, além do leilão da Ferrogrão. A construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), prevista para ser entregue em 2025, foi incluída como contrapartida pelo valor de outorga na prorrogação antecipada da EFVM (Vale).

Ao todo, os investimentos do governo na ferrovia serão de R\$69,82 bilhões, sendo R\$33,32 bilhões na renovação das concessões, R\$ 28,5 bilhões nas novas concessões e R\$8 bilhões em desestatização.

Para o mercado ferroviário de exportação, 2021 se mostrou desafiador devido aos impactos econômicos e políticos em função da pandemia do coronavírus, principalmente para as commodities que tiveram redução de consumo. Falando especificamente de Argentina, nosso principal mercado na américa do sul, os números apresentaram redução na ordem de 35%, mas ainda assim a participação não somente na Argentina mas nos demais mercados sul-americano, continuaram representativos em *market share*, assegurando os volumes de exportação dentro do *business plan*.

Referente ao mercado de exportação de rodas ferroviárias da Mauritânia, durante o exercício conseguimos manter os níveis de fornecimento, superando os desafios diante de um cenário global de indisponibilidade de contêineres e navios, iniciado pelo problema no canal de Suez e agravado pela pandemia e atuação do mercado chinês.

Considerando o segmento de fundidos industriais, o mercado de máquinas da linha amarela (movimentação de terra) tem motivos para celebrar, mesmo em um ano marcado por incertezas econômicas e pela continuidade da crise sanitária. O Estudo Sobratema do Mercado Brasileiro de Equipamentos para Construção, da Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema), estima uma alta de 39% na comercialização desses equipamentos em 2021 ante 2020, chegando a 31,2 mil unidades vendidas contra 22,5 mil unidades comercializadas no ano anterior. Essa é a quarta alta seguida e a quantidade de máquinas vendidas está muito próxima do melhor ano do setor, alcançado em 2013, quando foram comercializadas mais de 33,4 mil unidades. O resultado demostra uma curva ascendente de recuperação desse segmento, que tem o potencial de ampliação, com as concessões de infraestrutura, o marco legal do saneamento, o crescimento do agronegócio e da mineração, e a continuidade das obras residenciais, comerciais e industriais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia-Continuação

Com todos os equipamentos apresentando dados positivos, o estudo pontua que as vendas totais de máquinas para construção devem crescer 44% em 2021 em comparação a 2020, alcançando 49,3 mil unidades comercializadas neste ano contra 34,2 mil unidades no ano anterior.

Para 2022, estima-se um crescimento nas vendas da ordem de 12% no segmento de máquinas da linha amarela e de 15% para todo o setor de equipamentos para construção.

A companhia se sente otimista com a possível demanda oriunda da renovação das concessões atuais, das novas concessões e das autorizações ferroviárias, além do aumento do mercado de linha amarela, de equipamentos para construção e do cenário promissor para a exportação, prevendo um faturamento em 2022 de R\$ 506 milhões (nos segmentos de rodas ferroviárias; fundidos ferroviários e industriais) dos quais 50% já se encontram em contratos assinados.

Durante o ano de 2021, a Companhia gerou fluxo de caixa livre, tornando possível a distribuição de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$8.195, a seus acionistas, a Companhia possui capital circulante negativo de R\$34.621 (R\$41.214 em 31 de dezembro de 2020), que podendo ser liquidado através de linhas de crédito disponíveis junto a instituições financeiras no Brasil, e em havendo necessidade através de aporte financeiro de seus acionistas.

Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

1.3. COVID-19

Durante o primeiro semestre de 2021 o Covid-19 teve forte impacto nas operações com alto índice de absenteísmo na planta, principalmente com colaboradores em quarentena devido a contato com pessoas que tiveram o quadro confirmado ou com sintomas aguardando a confirmação de exames. A companhia não mediu esforços para conscientizar e prover todo tipo de proteção disponível aos colaboradores, com diversas campanhas, disponibilizando álcool em gel, máscaras e realizando desinfecção eletrostática em ambientes de uso comum da planta. No segundo semestre, já com a vacinação em ritmo mais acelerado e atingindo 100% de todos os colaboradores em setembro, os números de casos e suspeitas iniciou uma tendencia de queda, chegando a zero casos positivos entre setembro e final de dezembro dentre os colaboradores da companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. COVID-19--Continuação

Desde o início da pandemia, a companhia direcionou os colaboradores, os quais possuíam condições de exercer a função remotamente, ao regime de teletrabalho, a fim de reduzir o fluxo de pessoas na planta, bem como restringiu reuniões presenciais, viagens, visitas de clientes e fornecedores. Com a redução de novos casos no segundo semestre do ano, e com um número maior de colaboradores vacinados com a segunda dose, a companhia optou por flexibilizar o sistema de trabalho, podendo o funcionário optar por continuar com o teletrabalho, presencial ou sistema híbrido, este último sendo adotado pela maioria dos colaboradores das áreas administrativas e de apoio a partir de outubro.

A companhia teve impactos pontuais em relação ao fornecimento de materiais que foram tratados através de ações especificas definidas em reuniões realizadas três vezes por semana com a gestão de todas as áreas, porém sem impactos a continuidade da operação.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído, e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

b) <u>Base de mensuração</u>--Continuação

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados em reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico em que opera.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

Áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota Explicativa nº 5 Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota Explicativa nº 6 Provisão para perdas nos estoques.
- Nota Explicativa nº 8 Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

- d) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação
 - Nota Explicativa nº 15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
 - Nota Explicativa nº 22 Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

3. Políticas contábeis significativas

3.1. Impacto da primeira adoção de outros IFRS novos e alterados em vigor no ano corrente

No ano corrente, a Companhia adotou as seguintes alterações às Normas e Interpretações do IFRS emitidas pelo IASB a partir de períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impacto material nas divulgações ou valores divulgados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7	Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.	A Companhia não identificou impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.	A Companhia não identificou impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.2. Adoção de IFRS novos e revisados ainda não aplicável

O "International Accounting Standards Board - IASB" publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória ainda não está em vigor.

<u>Norma</u>	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i> . As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Sem início de vigência definido.	A interpretação reflete a prática do que a Companhia vem adotando e suas práticas contábeis.
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 16	Imobilizado-Recursos Antes do Uso Pretendido Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018- 2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, as partir de 1º de janeiro de 2022, exceto para IFRS	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis

a) Princípios gerais e critérios de reconhecimento de receita

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

b) Transações em moeda estrangeira

São convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras no encerramento de cada exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

d) Contas a receber de clientes e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Sociedade.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída.

f) <u>Investimentos em coligadas</u>

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

f) <u>Investimentos em coligadas</u>--Continuação

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

g) Imobilizado

g.1) Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

g.2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado--Continuação

g.3) Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente como mudança de estimativas contábeis.

h) Avaliação do valor recuperável - "impairment"

h.1) Ativos fixos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

- h) Avaliação do valor recuperável "impairment" -- Continuação
 - h.2) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

i) Provisões

i.1) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

j) <u>Tributação</u>

j.1) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

- j) <u>Tributação</u>--Continuação
 - j.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

k) <u>Lucro (prejuízo) por ação</u>

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

I) Arrendamento

I.1) Arrendatário

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones).

Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial, e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

 O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

- I) Arrendamento--Continuação
 - I.1) Arrendatário--Continuação
 - Os pagamentos de arrendamento s\(\tilde{a}\) o alterados devido a mudan\(\tilde{c}\) a no índice ou na taxa ou uma mudan\(\tilde{c}\) a no pagamento esperado no valor residual garantido.
 - O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado.

A Companhia não efetuou esses ajustes durante os períodos apresentados. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que a Companhia assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25).

 Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial. A Companhia aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada a Avaliação do valor recuperável - "impairment".

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica "Outras despesas" no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

m) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

Ativos financeiros

i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

m) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

i) <u>Custo amortizado</u>--Continuação

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a CPC 38 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a CPC 38 (IFRS 9). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas. Especificamente, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

- 3.3. Outras políticas contábeis--Continuação
 - m) Instrumentos financeiros -- Continuação

Ativos financeiros--Continuação

i) Custo amortizado--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A CPC 38 (IFRS9) requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). As atividades da Companhia estão organizadas no segmento ferroviário, sendo a grande maioria das suas contas a receber com poucos clientes e de adequada saúde financeira e, por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2019 não apresentou nenhuma variação. Logo, resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção do reconhecimento de perdas de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas--Continuação

3.3. Outras políticas contábeis--Continuação

m) Instrumentos financeiros -- Continuação

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

i) Custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	11.671	1.670
Aplicação financeiras de liquidez imediata	15.744	7.020
Total	27.415	8.690

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, compromissadas, distribuídas em diversas instituições financeiras com remuneração de 98,3% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,0% em 31 de dezembro de 2020), e estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate e serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes

a) Composição

2021	2020
11.088	9.698
22.559	19.667
15.759	11.160
(554)	(554)
48.852	39.971
42.411	31.571
6.441	8.400
	11.088 22.559 15.759 (554) 48.852

b) Saldos por idade de vencimento

	2021	2020
A vencer Vencidos:	39.794	36.787
De 1 a 30 dias	4.973	3.076
De 31 a 60 dias	2.973	107
De 61 a 90 dias	341	1
De 91 a 180 dias	771	-
Acima de 181 dias	554	554
Total	49.406	40.525

2021

2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

b) <u>Saldos por idade de vencimento</u>--Continuação

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(554)	(702)
Reversões	` -	`218 [′]
Adições		(70)
Saldo no fim do exercício	(554)	(554)

6. Estoques

	2021	2020
Dradutes asshades	6.064	4 044
Produtos acabados	6.061	4.811
Produtos em elaboração	15.010	10.052
Matérias-primas	6.977	3.216
Materiais auxiliares	18.074	15.572
Adiantamentos a fornecedores	11.876	6.202
Importações em andamento	4.667	2.649
Provisão para perdas	(37)	(1.509)
Total	62.628	40.993

A movimentação na provisão para perdas em estoques foi como segue:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(1.509)	(1.530)
Reversões	`1.581 [´]	`1.456 [´]
Adições	(109)	(1.435)
Saldo no fim do exercício	(37)	(1.509)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar

_	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (*)	30.441	25.654
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (**)	56.074	2.704
Programa de Integração Social (PIS) (**)	18.694	843
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	600	5.473
Reintegração de Valores Tributários para Exportadores (REINTEGRA)	653	439
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.828	965
Outros	180	191
Total	108.470	36.269
Ativo circulante	42.744	17.974
Ativo não circulante	65.726	18.295

- (*) A Companhia obteve a liberação de parte do crédito de ICMS junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Foram liberados R\$1.520 em agosto de 2021 e R\$4.994 em novembro de 2020. Esses créditos estão sendo utilizados para pagar fornecedores.
- (**) Em 13 de maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os embargos declaratórios interpostos pela União e decidiu pela validade da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574706. Os Ministros do STF também esclareceram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo dessas contribuições é o ICMS destacado na nota fiscal. Referida decisão embasou o reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS do período de 2004 a 2017 relativos à ação judicial em nome da Companhia, e foi corroborado pelo trânsito em julgado da ação. Os efeitos da decisão foram apurados com o suporte de consultores tributários externos e resultaram no reconhecimento de R\$36.040 em novembro de 2021 em "Outras receitas operacionais (despesas)" e R\$ 43.825 em "Receita financeira". No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia já recuperou por meio de compensação tributária um montante de R\$26.747, com tributos federais relacionados, para mais detalhes sobre as transações que não afetam o caixa vide nota explicativa 26.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

	2021	2020
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.466	18.874
Provisão para perdas nos estoques	12	513
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	188	188
Provisão para garantia	2.153	973
Participação nos lucros	2.200	1.637
Outras	5.395	1.990
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	78.117	93.577
Provisão para créditos sem expectativa de realização	(30.643)	(40.911)
Custo atribuído ao imobilizado	(3.487)	(3.938)
Mais-valia de investimento avaliado a valor justo	(25.518)	(27.100)
Diferença de critério de depreciação	(7.622)	(8.171)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	41.261	37.632

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Tributos diferidos--Continuação

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente do imposto de renda e contribuição social diferidos nos seguintes exercícios:

Ano	R\$
2022	2 220
2022	2.228
2023	4.161
2024	6.198
2025	7.490
2026	8.230
2027 em diante	12.954
Total	41.261

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que estão sendo implementadas conforme planos executados pela Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a recuperação dos créditos tributários é considerada provável.

b) Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva

A conciliação do crédito (despesa) calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e do montante de imposto de renda e contribuição social registrado no resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	97.104	(2.048)
Alíquota combinada - %	34%	` 34%´
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social		
À alíquota combinada	(33.015)	696
Receitas financeiras de juros sobre créditos fiscais (*)	`14.971 [´]	-
Equivalência patrimonial	4.234	567
Juros sobre capital próprio	2.786	-
Outros impactos permanentes	1.012	(116)
Realização (provisão) para crédito sem expectativa de realização	-	232
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(10.012)	1.379
Corrente	(13.641)	(3.363)
Diferidos	3.629	4.742
	11%	67%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

- b) Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva--Continuação
 - (*) Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 1.063.187, com repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic, em decorrência de valores fiscais pagos indevidamente é inconstitucional. Em 4 de agosto de 2021, a Companhia entrou com um mandado de segurança para reconhecimento da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária de restituição tributária em razão de sua natureza indenizatória. Diante da probabilidade de decisão favorável à Companhia, por referida decisão do STF, e com base na ICPC 22 (Incertezas sobre tratamentos tributários), não está sujeita à tributação pelo IRPJ e CSLL os valores relativos à taxa SELIC, aplicados sobre valores recebidos por meio de repetição de pagamento indevido ou compensação tributária, em processos judiciais e administrativos e posteriormente à distribuição da ação. Os valores arrecadados antes da distribuição da ação só serão objeto de pedidos de restituição/compensação após a decisão final (final definitivo da discussão).

9. Partes relacionadas

(a) Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, conforme estatuto, estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	3.881	2.204

(b) Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia as operações entre partes relacionadas a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, são detalhados a seguir:

	2021					
	Ativo	Pass	ivo	Resultado		
	Contas a		Patente por			
	receber	Fornecedores	royalties	Vendas	Compras	
lochpe-Maxion S.A.(Acionista) R\$ - (i-ii)	797	8.108	-	-	62.255	
Amsted Rail Company. Inc. (Parte relacionada)- US\$	-	49	969	5.581	83	
Amsted Rail Brasil Equip. Ferrov. Ltda. (Controladora) - R\$	-	130	-	257	410	
Greenbrier Maxion Equip. e Serv. Ferroviários S.A. (Parte relacionada) - R\$ (iii)	14.962	154	-	164.767	188	
Total	15.759	8.441	969	170.605	62.936	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas -- Continuação

	2020					
	Ativo	Pass	ivo	Resultado		
	Contas a		Patente por			
_	receber	Fornecedores	royalties	Vendas	Compras	
lochpe-Maxion S.A.(Acionista) R\$ - (i-ii)	2	3.450	-	-	38.718	
Amsted Rail Company. Inc. (Parte relacionada) - US\$	-	-	443	35.341	-	
Amsted Rail Brasil Equip. Ferrov. Ltda. (Controladora) - R\$	-	11	-	30	23	
Greenbrier Maxion Equip.e Serv. Ferroviários S.A. (Parte						
relacionada) - R\$ (iii)	11.158	135	-	99.639	3.686	
Total	11.160	3.596	443	135.010	42.427	

- (i) A Companhia efetua compra de sucata do acionista lochpe-Maxion S.A.
- (ii) Em 29 de fevereiro de 2000, a Companhia e o acionista lochpe-Maxion S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura e das instalações localizadas na unidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, uma vez que suas unidades são adjacentes e localizadas no mesmo complexo industrial. Cada uma das partes arca com o custo relativo à manutenção e administração das instalações localizadas em sua propriedade e ambas arcam com quaisquer investimentos destinados ao aumento ou desenvolvimento da capacidade produtiva das instalações no caso de o projeto ser do interesse de todas. O contrato tem vigência de 25 anos. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em receitas (despesas) gerais e administrativas, somaram receita de R\$2.549 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (despesa de R\$698 em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) Em 6 de maio de 2015, a Companhia e sua coligada Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura e gestão, que compreende, entre outros, funcionários, técnicos, empreiteiros, equipamentos e materiais (Estrutura Administrativa), estando abrangido pelo contrato o compartilhamento das despesas dos seguintes setores corporativos: Diretoria, Informática, Jurídico, Vendas e Marketing. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em outras receitas operacionais, somaram R\$2.861 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.855 em 31 de dezembro de 2020).
- (c) A Companhia adquire matérias-primas e componentes ferroviários da controladora em conjunto Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e de seu associado Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. Contrato de serviços compartilhados (Shared Services Agreement).

10. Investimentos em coligadas

a) Movimentação

A investida Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como atividades produtivas a fabricação, usinagem, montagem, distribuição e venda de máquinas ferroviárias, bem como sua importação e exportação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos em coligadas--Continuação

a) Movimentação--Continuação

	Saldo em 31/12/2020	Amortizações/ baixas	Valor contábil	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Greenbrier Maxion Equipamentos e					
Serviços Ferroviários S.A.	17.434	-	12.453	12.453	29.887
Mais-valia	110.250	-	-	-	110.250
(-) Amortização da mais-valia	(30.340)	(4.654)	-	(4.654)	(34.994)
Total líquido	97.344	(4.654)	12.453	7.799	105.143
	Saldo em 31/12/2019	Amortizações/ baixas	Valor contábil	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Greenbrier Maxion Equipamentos e					
Serviços Ferroviários S.A.	15.766	-	1.668	1.668	17.434
Mais-valia	110.250	-	-	-	110.250
(-) Amortização da mais-valia	(25.685)	(4.655)	-	(4.655)	(30.340)
Total líquido	100.331	(4.655)	1.668	(2.987)	97.344

Movimentação da mais-valia

		Amortização	
	2020	da mais-valia	2021
Rentabilidade futura	64.977	_	64.977
Carteira de clientes	10.277	(4.425)	5.852
Marca	4.367	•	4.367
Imobilizado	289	(229)	60
Total	79.910	(4.654)	75.256

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "*impairment*" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos em coligadas--Continuação

b) Informações da empresa coligada

				202	21			
	Nº de ações (em milhares)	Participaç ão no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.	48.326	40,0	425.951	351.272	87.707	74.679	811.684	30.487
				202	.0			
	Nº de	Participação)		Comital	Detrimânia	Receita	lana ala
	ações (em milhares)	no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	líquida	Lucro do exercício
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços	40.000	40.0	100 701	444.500	07.707	44.400	007.500	5.044
Ferroviários S.A.	48.326	40,0	488.781	444.589	87.707	44.192	687.536	5.011

11. Imobilizado

	_		2021			
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações e benfeitorias	5, 55	53.513	(27.742)	25.771	26.340	
Máquinas e equipamentos	11	165.759	(1 26.482)	39.277	44.720	
Moldes	18	34.146	(31.813)	2.333	2.492	
Móveis e utensílios	7	4.600	`(2.478)	2.122	2.373	
Equipamentos de computação	31,5	6.088	(4.557)	1.531	1.512	
Outras imobilizações	2,25	34	(20)	14	18	
Terrenos	-	875	`-	875	875	
Obras em andamento	-	4.557	-	4.557	3.557	
Peças de reposição de máquinas	-	2.425	(827)	1.598	1.598	
Total	= _	271.997	(193.919)	78.078	83.575	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo - 2021

	2020	20 2021			
_	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
	=0.440				======
Edificações e benfeitorias	53.146	-	-	367	53.513
Máquinas e equipamentos	169.974	-	(7.995)	3.780	165.759
Moldes	33.808	-	(306)	644	34.146
Móveis e utensílios	4.539	-	(3)	64	4.600
Equipamentos de computação	5.537	-	(2)	553	6.088
Outras imobilizações	34	-	-	-	34
Terrenos	875	-	-	-	875
Obras em andamento	3.557	6.408	-	(5.408)	4.557
Peças de reposição de máquinas	2.425	-	-	-	2.425
Total	273.895	6.408	(8.306)	-	271.997

Movimentação da depreciação - 2021

	2020			2021	
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação acumulada
Edificações e benfeitorias	(26.716)	(1.026)	-	-	(27.742)
Máquinas e equipamentos	(125.254)	(7.596)	6.368	-	(126.482)
Moldes	(31.316)	(799)	302	-	(31.813)
Móveis e utensílios	(2.166)	(315)	3	-	(2.478)
Equipamentos de computação	(4.025)	(534)	2	-	(4.557)
Outras imobilizações	(16)	(4)	-	-	(20)
Peças de reposição de máquinas	(827)	-	-	-	(827)
Total	(190.320)	(10.274)	6.675	•	(193.919)

Movimentação do custo - 2020

	2019				
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	53.075	-	-	71	53.146
Máquinas e equipamentos	158.115	1.228	-	10.631	169.974
Moldes	33.596	-	-	212	33.808
Móveis e utensílios	2.855	-	-	1.684	4.539
Equipamentos de computação	4.904	-	-	633	5.537
Outras imobilizações	15	-	-	19	34
Terrenos	875	-	-	-	875
Obras em andamento (*)	7.496	9.572	-	(13.511)	3.557
Peças de reposição de máquinas	2.425	-	-	-	2.425
Total	263.356	10.800	-	(261)	273.895

^(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Movimentação da depreciação - 2020

	2019			2020	
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação acumulada
Edificações e benfeitorias	(25.769)	(1.031)	84	-	(26.716)
Máquinas e equipamentos	(118.143)	(7.114)	3	-	(125.254)
Moldes	(30.038)	(1.278)	-	-	(31.316)
Móveis e utensílios	(1.955)	(211)	-	-	(2.166)
Equipamentos de computação	(3.504)	(521)	-	-	(4.025)
Outras imobilizações	(14)	(2)	-	-	(16)
Peças de reposição de máquinas	(827)	-	-	-	(827)
Total	(180.250)	(10.157)	87	-	(190.320)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "*impairment*" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

12. Empréstimos e financiamentos

		Taxa efetiva anual de		
	Indexador	juros (%)	2021	2020
Moeda nacional:				
NCE	130,0% CDI	5,75	15.051	35.026
NCE	CDI+4,46%	6,44	-	4.503
NCE	CDI+4,18%	8,60	8.025	-
NCE	CDI+3,88%	8,30	6.059	-
NCE	CDI+3,70%	8,12	15.158	-
NCE	CDI+2,78%	7,20	10.032	10.015
NCE	CDI+2,70%	4,65	-	6.018
NCE	CDI+2,25%	6,67	29.229	8.037
NCE	CDI+1,95%	3,89	-	3.504
NCE	CDI+125%	3,17	-	20.198
ACC	-	6,10	-	2.155
CONFIRMING	-	13,42	16.852	1.067
FINAME	TLP+4,02%	8,12	201	298
FINAME	TLP+3,82%	7,92	184	272
Capital de giro	CDI+4,15%	6,13	-	2.008
Capital de giro	CDI+3,98%	8,40	3.006	9.002
Capital de giro	CDI+3,70%	8,12	9.973	10.080
Total			113.770	112.183
Passivo circulante			84.340	88.898
Passivo não circulante			29.430	23.285

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro	112.183	127.207
Captações	34.284	48.289
Provisão de juros	7.834	6.195
Amortização do principal	(33.904)	(72.271)
Pagamento de juros	(6.668)	(7.049)
Variação cambial	41	9.812
Saldo em 31 de dezembro	113.770	112.183

As parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

2023	29.229
2024	201
Total	29.430

13. Fornecedores

	2021	2020
No País	59.843	50.205
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 9)	8.441	3.596
Total	68.284	53.801
Circulante Não circulante (i)	62.550 5.734	33.387 20.414

⁽i) A parcela não circulante é referente à garantia de vagões de 2015, que foram reconhecidas no ano passado. O saldo em aberto da garantia é de R\$ 12.142 e R\$ 5.734 em 31 de dezembro de 2021 referente ao saldo de fornecedores circulante e não circulante respectivamente (R\$ 5.103 e R\$ 20.414 em 31 de dezembro de 2020 referente ao saldo de fornecedores circulante e não circulante respectivamente).

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2021	2020
Encourage and the	0.000	0.704
Encargos sociais	3.082	2.791
Provisão para férias	7.480	6.437
Participação nos resultados	6.472	4.815
Total	17.034	14.043

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2021	2020
Processos tributários:		
Federais	54.227	48.251
Processos trabalhistas	4.589	5.886
FGTS - adicional 10%	1.354	1.354
Processos cíveis	23	20
	60.193	55.511
Depósitos judiciais	(50.891)	(49.140)
Total	9.302	6.371

As movimentações durante os exercícios são apresentadas a seguir:

	Saldo em 2020	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	Saldo em 2021
Processos tributários:						
Federais	48.251	5.097	-	(369)	1.248	54.227
Processos trabalhistas	5.886	1.141	(1.653)	(785)	-	4.589
FGTS - Adicional 10%	1.354	-	-	-	-	1.354
Processos cíveis	20	3	-	-	-	23
Total	55.511	6.241	(1.653)	(1.154)	1.248	60.193
Depósitos judiciais	(49.140)	(492)	-		(1.259)	(50.891)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

A seguir, uma breve descrição dos processos em que a Companhia figura como partes, de acordo com sua natureza:

Processos de natureza tributária

		2021			2020	
		Depósitos			Depósitos	
	Montante provisionado	judiciais vinculados	Passivo Iíquido	Montante provisionado	judiciais vinculados	Passivo líquido
PIS/COFINS (a)	26.754	26.743	11	25.852	25.803	49
FGTS - Adicional 10% (b) Instituto Nacional do Seguro	1.354	1.354	-	1.354	1.354	-
Social - INSS (c)	22.783	22.794	(11)	22.001	21.983	18
Total	50.891	50.891	-	49.207	49.140	67

- (a) Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre: comissões de agentes e "royalties" pagos ao exterior
- (b) Discussões judiciais relativas à cobrança de 10% de adicional sobre FGTS nas rescisões de contrato de trabalho.
- (c) Discussões judiciais relativas à cobrança de INSS sobre 1/3 de férias, afastamento e Seguro de Acidente do Trabalho SAT, bem como encargos sobre aviso prévio indenizado.

Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava como parte em 76 processos trabalhistas (77 em 31 de dezembro de 2020). Os principais temas abordados nesses processos versam sobre doenças ocupacionais, acidentes, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, equiparações salariais e verbas rescisórias, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. O montante total discutido é de R\$17.097 (R\$17.360 em 31 de dezembro de 2020), para o qual a provisão no valor de R\$4.589 (R\$5.886 em 31 de dezembro de 2020) foi constituída com base na política interna da companhia, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização nem sua divulgação.

Reclamações tributárias e cíveis

A Companhia possui ações em andamento de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível. Em 31 de dezembro de 2021, esses processos totalizavam aproximadamente R\$130.537 (R\$150.025 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Reclamações tributárias e cíveis--Continuação

O principal processo cuja probabilidade de perda é avaliada como possível está descrito abaixo:

• Auto de infração sobre o suposto não recolhimento de ICMS na unidade de Cruzeiro, no montante de R\$113.037 em 31 de dezembro de 2021 (R\$111.399 em 2020).

Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

• Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	2021	2020
Depósitos judiciais recursais:		
Federal	5.713	5.556
Trabalhistas	648	2.209
Total de depósitos judiciais recursais	6.361	7.765
Depósitos judiciais relacionados a provisões	50.891	49.140
Total de depósitos judiciais	57.252	56.905

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$153.683 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e está representado por 16.635.854.860 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de dezembro de 2020, foi deliberado que a reserva legal seria utilizada para absorção de prejuízos acumuladas no valor de R\$3.564, e nesta mesma data, houve a aprovação para redução do Capital Social para compensação de prejuízos acumulados no valor de R\$107.518.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, em 2021 o saldo é de R\$6.769 (R\$7.644 em 31 dezembro de 2020). O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c) Distribuição de lucros

O lucro do exercício, quando positivo, será apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76 e terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 25% para a distribuição de dividendos obrigatórios; e (iii) 70% do restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que será destinada como dividendo suplementar aos acionistas.

Em 30 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital ("JCP") no valor bruto de R\$8.195 equivalente a R\$ 0,000492604 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$6.967, ou R\$0,000418714 por ação ordinária, já deduzida do IRRF, respectivamente. O JCP foi integralmente pago em 30 de dezembro de 2021.

Conforme deliberação do Conselho de Administração naquela data, o JCP será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos termos do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia. O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios remanescentes no montante de R\$15.026 aos seus acionistas, na proporção de sua participação, será objeto de discussão na próxima reunião de acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Distribuição de lucros</u>--Continuação

	31/12/2021
Lucro do exercício Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários Total a distribuir	87.092 875 87.967
Alocação do lucro: (-) Reserva legal (5%) (-) Reserva estatutária para investimento e reserva de capital de giro (70%)	4.398 61.577
 (-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (-) Juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, líquidos de impostos (-) Dividendos mínimos obrigatórios (saldo remanescente) 	21.992 6.966 15.026
Dividendos propostos Juros sobre capital próprio Total distribuído Distribuição total	15.026 8.195 23.221 26,4%

d) <u>Lucro (prejuízo) por ação</u>

O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e na respectiva quantidade média de ações em circulação, conforme o quadro a seguir:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	87.092	(669)
Quantidade média ponderada de ações	16.635.855	16.635.855
Lucro (prejuízo) do exercício por ação - básico e diluído - R\$	0,00524	(0,00004)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e, por isso, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao diluído.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita líquida

	2021	2020
Receita bruta de vendas:	·	
Vendas de produtos	537.158	394.966
Serviços prestados	251	2.169
Deduções:		
Impostos sobre vendas e serviços	(48.303)	(33.365)
Devoluções e cancelamentos do exercício	(3.096)	(972)
Receita líquida de vendas e serviços	486.010	362.798

18. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Receitas financeiras sobre créditos de PIS e COFINS (i)	43.825	-
Descontos obtidos e juros ativos	505	716
Outras	987	14
Total	45.317	730
Despesas financeiras:	(0.550)	(0.000)
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(9.570)	(6.988)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(16)	(22)
Outras	(401)	(369)
Total	(9.987)	(7.379)

⁽i) Conforme descrito em Nota 7, item (**).

19. Variação cambial, líquida

	2021	2020
Variação cambial ativa	7.262	14.321
Variação cambial passiva	(4.931)	(18.798)
Total	2.331	(4.477)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Matéria-prima	(181.419)	(102.302)
Salários, encargos e benefícios	(103.847)	(98.858)
Materiais e manutenção	`(88.073)	(70.819)
Energia elétrica	(22.441)	(18.817)
Depreciação	(10.274)	(10.157)
Amortização do direito de uso	` (186)	` (155 [°])
Serviços prestados por terceiros	(10.163)	(10.287)
Fretes	(7.630)	(6.201)
Locomoção e comunicação	` (826)	` (939)
Honorários da Administração	(3.881)	(2.204)
Comissões e "royalties"	(4.101)	(3.059)
Garantia de produtos	(1.610)	(17.541)
Outros	(11.693)	(6.244)
Total	(446.144)	(347.583)
Classificadas como:		,
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(410.275)	(302.320)
Despesas com vendas	(17.446)	(30.761)
Despesas gerais e administrativas	(14.542)	(12.298)
Honorários da Administração	(3.881)	(2.204)
Total	(446.144)	(347.583)

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2021	2020
Outras receitas:		
Receita sobre a exclusão do ICMS da base tributária do PIS e COFINS (i)	36.040	1.292
Outras receitas	443	232
	36.483	1.524
Outras despesas:		
Impostos federais e estaduais	(7.797)	(1.024)
Corrosão de chapas	(7.257)	-
Honorários de sucesso	(4.966)	-
Contingências tributárias e trabalhistas	(1.479)	(1.916)
Contribuição para associação de classe	(423)	(439)
Covid-19	(297)	(535)
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	(232)	(192)
Multas	(103)	(5)
Projeto Formare	(41)	(48)
Outras despesas	(2.110)	(515)
	(24.705)	(4.674)
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.778	(3.150)

⁽i) Conforme descrito em Nota 7, item (**).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras de curto prazo, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle interno, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora e controladores em conjunto, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Instrumentos financeiros derivativos: durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não contratou nenhum instrumento financeiro derivativo.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

	Nota		
	explicativa	2021	2020
Ativos financeiros			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.415	8.690
Contas a receber de clientes	5	48.852	39.971
Depósitos judiciais recursais	15	57.252	56.905
Outros créditos		1.040	3.002
Total	_	134.559	108.568

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco e instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações gerais e políticas--Continuação

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria--Continuação

	Nota explicativa	2021	2020
Passivos financeiros			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos e passivos de			
arrendamento	12 e 23	114.063	112.357
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	13	68.284	53.801
"Royalties" a pagar	9	969	443
Adiantamento de clientes		2.498	54
Outras obrigações		23.300	6.709
Total	-	209.114	173.364

b) <u>Valores justos</u>

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 -outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelas quais os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integralidade dos termos dos ativos ou passivos.
- Nível 3 informações disponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que não são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados no encerramento de cada exercício, estando incluído no Nível 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco e instrumentos financeiros--Continuação

b) Valores justos--Continuação

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativo de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado no qual a Companhia está inserida e confiam o menos possível nas estimativas específicas desta.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

As receitas, quase em sua totalidade, são distribuídas entre as operadoras logísticas ferroviárias, mineradoras e fabricante de veículos fora de estrada. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não há diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões (vide valor da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 5). Adicionalmente, uma parcela significativa de suas vendas é feita com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco e instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	20	21	20	20
		Entre 1 e		Entre 1 e
	Até 1 ano	2 anos	Até 1 ano	2 anos
Empréstimos e financiamentos (incluem passivos de				
arrendamento)	84.525	29.538	89.031	23.326
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	62.550	5.734	33.387	20.414
"Royalties" a pagar	969	-	443	-
Outras obrigações	20.121	3.179	6.359	350
Total	168.165	38.451	129.220	44.090

Risco de flutuação nos preços do aço e do alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida. No entanto, parte significativa dos contratos da companhia com clientes brasileiros e internacionais, preveem mecânicas de reajuste para compensação de parte deste risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco e instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

	202	21	20	20
	Indexador	R\$	Indexador	R\$
Aplicações financeiras	CDI	15.744	CDI	7.020
Empréstimos e financiamentos	CDI	96.533	CDI	108.391
Empréstimos e financiamentos	TLP	385	TLP	570

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia possui política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais são:

	20	21	20	20
	US\$	R\$	US\$	R\$
Contas a receber	4.042	22.559	3.785	19.667
Fornecedores	(9)	(48)	-	-
Royalties	(174)	(969)	(85)	(443)
Exposição líquida	3.859	21.542	3.700	19.224

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e na taxa de juros

Os instrumentos financeiros, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação, principalmente, de taxas de câmbio e taxas de juros do CDI e TLP. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros para essas variáveis são apresentadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco e instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão de riscos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e na taxa de juros--Continuação

i) Seleção de riscos

A Companhia selecionou como risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo o risco de taxas de CDI e de câmbio do dólar norte-americano/real.

ii) Seleção de cenários

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moeda desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Além desse cenário, foram apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2021.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável na desvalorização do real sobre o dólar norte-americano por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os cenários possíveis e remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros de CDI e TLP em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2021.

		Cenários	
Aplicações financeiras - CDI	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
Em 31 de dezembro de 2021	4, 35%	3, 26%	2, 17%
Aplicações financeira - 98,3% do CDI - R\$15.744	685	513	342
Efeito- perda	-	(172)	(343)
		Cenários	
Empréstimos e financiamentos - CDI	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
Em 31 de dezembro de 2021	7, 65%	9, 56%	11,47%
Empréstimo indexados - CDI (spread médio) - R\$96.533	7.383	9.229	11.075
Efeito- perda	-	(1.846)	(3.692)
		Cenários	
Empréstimos e financiamentos - TJLP	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
Em 31 de dezembro de 2021	8,02%	10,03%	12,03%
Empréstimo indexados - TLP - R\$385	31	39	46
•	31		
Efeito- perda	-	(8)	(15)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco e instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão de riscos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e na taxa de juros--Continuação

ii) Seleção de cenários--Continuação

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial em 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou os saldos conforme demonstrado na exposição cambial do item "Risco de taxa de câmbio".

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	G	anhos
	Cenário	
Risco da Companhia	possível	Cenário remoto
Aumento da cotação do dólar norte-americano	5.384	10.767

O cenário possível considera uma valorização do dólar norte-americano em 25% sobre o real, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021 de R\$5,5805/US\$1,00, ou seja, R\$6,9756/US\$1,00 e o cenário remoto, uma valorização de 50% R\$8,3707/U\$1,00).

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

23. Direito de uso e passivos de arrendamento

Abaixo o resumo da movimentação:

Ativos de direito de uso	2021	2020
Saldo inicial	348	105
Adições	350	137
Baixas	(173)	-
Saldo transferido de imobilizado em andamento para direito de uso	•	261
Saldo de depreciação do período	(186)	(155)
Saldo final	339	348
Passivo por arrendamentos:		
Saldo inicial	174	222
Adições	350	137
Pagamentos principal	(232)	(183)
Pagamento de juros	`(40)	(34)
Juros apropriados	`41´	32
Saldo final	293	174

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Direito de uso e passivos de arrendamento--Continuação

O cronograma de pagamentos é como segue:

	R\$
2022	185
2023	108
Total	293

24. Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital no encerramento de cada exercício é apresentada a seguir:

	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (incluem passivo de		
arrendamento)	114.063	112.357
(-) Caixa e equivalentes de caixa Dívida líquida	<u>(27.415)</u> 86.648	(8.690) 103.667
Divida liquida	00.040	103.007
Total do patrimônio líquido	220.674	161.684
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido	39,3%	64,1%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021e de 2020, é assim demonstrada:

	2021	2020
Lucros cessantes	133.601	115.774
Danos materiais	154.620	151.064
Seguro D&O	23.636	25.452
Responsabilidade civil	7.100	6.400

26. Transações que não afetam o caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve as seguintes transações que não afetaram o caixa:

- Compensação de imposto de renda e contribuição social com créditos de Pis e Cofins no valor de R\$10.384;
- Outros impostos a pagar (IRRF, CIDE, Pis, Cofins e Contribuição Social) compensados com créditos de Pis e Cofins no valor de R\$16.363;
- Novos contratos de locação no valor de R\$350.

27. Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 22 de março de 2022.